ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
NO DISTRITO FEDERAL E NO TOCANTINS
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins elaborou um plano de ação regional para tratar, de forma coordenada e efetiva, das iniciativas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões no mundo do trabalho e na Sociedade no âmbito do Estado.

Eixo 1 - Articulação interinstitucional e políticas públicas

1. Articulação junto ao Gabinete de Crise do Distrito Federal e do Estado de Tocantins para:
    a. Garantir a aquisição e distribuição constantes de equipamentos de proteção individual para todos os profissionais da saúde e profissionais da segurança pública;
    b. Implementar e fornecer materiais de higiene para todo o sistema de transporte público;
    c. Tratar da questão das categorias de trabalhadores no transporte de entregas de mercadorias e no transporte de passageiros, por plataformas digitais, como disseminadora da contaminação, ante o aumento exponencial da demanda de trabalho.
    d. Fornecimento de transporte gratuito e exclusivo para os agentes de saúde.
2. Articulação com a Secretaria de Economia e Fóruns Representantes das Entidades formadoras de aprendizagem profissional com o intuito de assegurar dos programas de aprendizagem e reposição de aulas teóricas e práticas.
3. Articulação com os demais ramos do Ministério Público para evitar incremento nos casos de trabalho infantil e para assegurar a proteção e manutenção de estruturas adequadas aos trabalhadores dos órgãos socioassistenciais.
4. Articulação com Universidades e Institutos de Tecnologia na busca de soluções alternativas, como uso de impressão 3D, para criação de protótipos e produção em escala de respiradores, peças de reposição de respiradores e EPIs.
5. Realizada articulação com o TRT10 para que as destinações em ACPs para o combate/prevenção da covid-19, bem como levantamento e acompanhamento dos depósitos;
6. Articulação com órgãos reguladores e MPDFT para campanha de divulgação;
7. Articulação com o Governo para garantir proteção aos trabalhadores;
8. Articulação para resolução de impasses e celeridade em concurso público de assistência social;
9. Revertidos aproximadamente 1 milhão e 400 mil reais para:
    a. Aquisição de EPIs (máscaras apropriadas para ambientes contaminados e outros);
    b. Aquisição de monitores modulares multiparamétricos, que acompanham os respiradores necessários ao tratamento de pacientes com covid-19;
    c. Realização de 6.000 exames relacionados ao novo coronavírus;
    d. Aquisição de insumos, máquinas e equipamentos de uso permanente; produção 6.000 kits de higiene (cinco máscaras + álcool gel + sabão) para famílias de baixa renda do Município;
    e. Aquisição de produtos de limpeza e de higiene pessoal para a composição de um mil kits (Projeto Higiene - Vida com mais Saúde);
    f. Aquisição de impressoras e insumos a serem utilizados para fabricação de protetor facial para profissionais da área de saúde e de peças de reposição dos respiradores e ventiladores;
10. Realizada articulação com os órgãos reguladores distritais, estaduais e municipais, bem como com os Ministério Públicos do Distrito Federal e Territórios e do Tocantins, para realização de divulgação das campanhas e adoção de medidas concretas de proteção à saúde dos trabalhadores do setor respectivo. Expedição de Recomendações

Conjuntas – Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Tocantins ao Secretário de Estado da Saúde do Tocantins, e Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público de Contas do Distrito Federal;

11. Realizada articulação com autoridades sanitárias e gestores locais de saúde, inclusive interagindo com os Gabinetes de Crise Distritais, Estaduais ou Municipais (Palmas e Araguaína), com vistas a acompanhar as medidas orientativas e fiscalizatórias que veem sendo adotadas com relação aos estabelecimentos que apresentem população de trabalhadores considerada de risco, reforçando a necessidade de acompanhar os Planos Distrital, Estadual e Municipais (Palmas e Araguaína) de Contingência. Participação de reuniões no Gabinete de Crise do Governo do Distrito Federal e reuniões com a Secretaria de Estado de Educação do DF;
12. Realizada articulação com a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, para promoção de ação conjunta com o objetivo de traçar o perfil epidemiológico da covid-19 nos motoristas, por meio da realização de testes rápidos por amostragem e do preenchimento de questionário online, já com a divulgação de resultados da primeira pesquisa, com dados relevantes a respeito da população testada;
13. Realizada articulação com Secretarias de Saúde de diversos Municípios do Estado do Tocantins, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Tocantins, Superintendência de Vigilância em Saúde, Polícia Rodoviária Federal, Policiamento Especializado da Polícia Militar, SEST/SENAT, com o objetivo de instituir fluxo de atendimento e de acolhimento de motoristas do transporte rodoviário de cargas que estejam de passagem pelo Estado do Tocantins, no contexto da pandemia da covid-19.
14. Realizadas articulações para as próximas etapas da campanha (testagem e entrevista de motoristas e acompanhantes), aprimorando-se o fluxo de atendimento e acolhimento desses profissionais;
15. Realizada audiência com a Secretaria de Saúde do Tocantins para tratar sobre procedimentos relacionados à covid-19, nos 18 hospitais públicos do Estado do Tocantins.

Eixo 2 - Atuação estratégia/promoção

1. Esforços envidados para garantir a proteção de trabalhadoras e trabalhadores contra a dispensa discriminatória decorrente da covid-19, bem como para assegurar os direitos das trabalhadoras e trabalhadores com encargos familiares a compatibilidade da vida profissional e familiar, garantindo sua ausência do local de trabalho e remuneração e para Assegurar os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos ou que prestem serviços a empresas e aplicativos.
2. Diagnóstico das categorias específicas mais prejudicadas e com necessidade de medidas imediatas peculiares à profissão ou atividade para a proteção da saúde e o estabelecimento de diálogo e apoio às entidades sindicais representativas das referidas categorias, bem como com órgãos e agências reguladoras, para adoção das medidas especiais de proteção do emprego e ocupação.
3. Fomento à mediação e negociação coletiva para adoção de medidas de proteção à saúde e exposição ao coronavírus dentro e fora dos locais de trabalho e proteção ao emprego e ocupação.
4. Articulação para manutenção, no âmbito das negociações coletivas, dos postos de trabalho, do padrão remuneratório, incluindo-se trabalhadores intermitentes e avulsos não portuários, e da garantia dos direitos trabalhistas em geral, bem como da regularidade dos procedimentos rescisórios que envolvam dispensas coletivas.
5. Articulação com os sindicatos das categorias específicas dos trabalhadores no transporte de entregas de mercadorias e no transporte de passageiros, por plataformas digitais.
6. Articulações com grandes e médias empresas (diretamente ou através de entidades patronais como FIESP) na busca por doação de EPI's para doação às equipes de saúde (como prioridade) e outros segmentos (como segurança pública), por meio de reversão de valores ações judiciais e de Termos de Ajustamentos de Conduta.
7. Monitoramento e medidas em relação aos movimentos grevistas;
8. Ajuizada Ação Civil Pública conjunta – MPT, MPF e MPDFT (Ação Civil Pública Cível 1025277-20.2020.4.01.3400 - 3ª Vara Federal Cível da SJDF) – 28/04/2020;
9. Instaurados 38 PA-PROMOs;
10. Atuados aproximadamente 453 procedimentos com tema 10.01.covid-19.
11. Ajuizada de ACP Conjunta – MPT e MPF em face da União para que seja instituída norma tornando obrigatório o teletrabalho na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

12. Realizada atuação como custos legis na ACP nº 0000411-87.2020.5.10.0018. A Ação busca cumprimento de medidas mínimas de segurança para os profissionais que trabalham em call centers;
13. Realizada atuação como custos legis na ACP nº 0000421-82.2020.5.10.0002. Cofen em fase da CNSaúde e da FENAESS, cobrando maior testagem dos profissionais de saúde para o novo coronavírus;
14. Expedidas 12 reiterações de Notificações Recomendatórias às empresas de transporte coletivo urbano;
15. Expedido Ofício ao Coordenador do Comitê Executivo Distrital da Saúde – TJDFT, requerendo a admissão formal do MPT como integrante do referido Comitê;
16. Destinados R$ 47.240,28, para aquisição de cestas básicas e produtos de higiene, pelo período de três meses, para comunidades tradicionais do Estado do Tocantins;
17. Destinados R$ 39.620,16 ao Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia, para aquisição de remédios, comida e material de higiene;
18. Destinados R$ 28 mil para o projeto PcD Legal - criação de material informativo destinado a Pessoas com Deficiência (PcD), para prevenção e combate à covid-19.

Eixo 3 - Divulgação de notas técnicas, recomendações e difusão da informação para ampla conscientização

1. Expedição de Recomendação aos empregadores, sindicatos patronais, sindicatos profissionais que representem setores econômicos considerados de risco muito alto, alto ou mediano (OSHA), que observem as medidas de segurança que devem ser adotadas nas empresas
2. Expedição de Recomendação à(s) empresa(s) dos setores econômicos com redução das respectivas atividades para adoção de providências para a manutenção dos postos de emprego e ocupação.
3. Expedição de recomendações e notificações das notas técnicas expedidas pelas coordenadorias nacionais.
4. Expedidas 601 Notas Técnicas Informativas para farmácias e drogarias, laboratórios de pesquisas e análises clínicas do distrito federal, floriculturas, petshops e lojas de medicamentos veterinários, postos de combustível, empresas de call center, concessionárias de veículos, funerárias e respectivas entidades sindicais representativas dessas categorias, bem como ao sindicato dos trabalhadores domésticos;
5. Expedidas Recomendações para Supermercados, empresas de Transporte Público Urbano do DF, Hospitais públicos e particulares, e Sistema Prisional;
6. Expedidas Recomendações com objetivo de defender o direito à profissionalização e a manutenção dos contratos de aprendizagem (Nota Técnica Conjunta nº 5 – PGT/Coordinfância).

Eixo 4 - Medidas administrativas de apoio à atuação do MPT

1. Constituído o Gabinete Regional de Crise e realizada a integração com o Gabinete de Crise criado pela PGT;
2. Instituído o Grupo de Trabalho (GT COVID19) para auxiliar o Gabinete Regional de Crise, em especial, para elaboração e apresentação do Plano de Ação;
3. Elaborado Plano de Ação Regional com criação de Grupos de Trabalho para atuação estratégica em cada eixo (articulação interinstitucional e políticas públicas, atuação estratégica e finalísticas);
4. Formação de Gabinete de Crise/ Plano de Ação Regional/Grupo de Trabalho Covid/Grupos de Trabalho específicos por segmentos econômicos (saúde, transporte, supermercados, vulnerabilidades econômicas e ação promocional informativa).
5. Publicação das ações de combate/prevenção da covid-19, através da ASCOM, bem como replicar material publicitário produzido pela ASCOM;
6. Publicação interna dos atos/recomendações/notas técnicas relativas à covid-19.
7. Constituído Grupo de Trabalho Sistema Prisional com objetivo de acompanhar o plano de prevenção, contenção e enfrentamento da covid-19 no sistema penitenciário do Distrito Federal;

Destinação da Unidade

Até o momento, a unidade realizou um total de R$ 1.547.545,60 em destinações para o combate à covid-19. Esse recurso possui as seguintes origens: [Ações judiciais R$ 1.431.760,60] [TACs R$ 115.785,00].

@mptdfto

@ mptdfto

http://www.prt10.mpt.mp.br/